





ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

----- Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um nesta Vila de Torre de Moncorvo e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, com a presença dos senhores vereadores: Victor Manuel da Silva Moreira, Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses, Maria de Lurdes Mano Pontes, Porfírio André Nunes Evangelista, e comigo José Eduardo dos Santos Dixo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município, que a secretariou. ---------- Atento o surto pandémico que o país atravessa e as medidas de contenção e prevenção que têm vindo a ser adotadas pelo Estado Português e por este Município, a presente reunião decorreu em regime não presencial, por via telemática, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na sua redação em vigor. ------------- ABERTURA DA REUNIÃO: O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião eram 09:45 horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e distribuída. ---------- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes manifestou a sua preocupação com uma situação de cariz social que já havia sido mencionada várias vezes nas reuniões de câmara e que urge encontrar uma solução para lhe dar apoio, designadamente através de um contacto com as autoridades de saúde uma vez que, como se sabe, essa pessoa precisa de apoio sobretudo com a toma da medicação. -----Questionou, ainda, se o Banco Solidário iria continuar aberto, uma vez que o Governo decretou confinamento, referindo que considera este espaço de extrema importância para continuar a responder aos pedidos de ajuda dos munícipes e se





não for possível aos voluntários, que possam ser os funcionários do Município a intervir. -----------O Sr. Vereador Porfírio Evangelista, solicitou informações sobre as obras que estão a acontecer no Município, mais propriamente na Rua das Flores e na Avenida Jorge Luís Borges, questionando de que obras se tratavam e quais as empresas responsáveis pelas mesmas. ------ Relativamente aos incêndios na Lousa e em Torre de Moncorvo e aos desalojados que desses incêndios resultaram, questionou qual a intervenção do Município nestas situações e quais os apoios que têm sido prestados. ------ Solicitou informações sobre o ponto de situação da campanha de Natal, "Vivo Aqui, Compro Aqui", designadamente sobre se tem tido aceitação e se já se começaram a entregar os vouchers. ------- Aproveitou para saudar, mais uma vez, a iniciativa ratificada pelo Executivo Municipal, relativo às rendas dos espaços concessionados e da habitação social e questionou se o Município irá aprovar medidas para apoiar os comerciantes, uma vez que os seus senhorios não iam isentar as suas rendas e os arrendamentos habitacionais de agregados que podem estar a passar dificuldades financeiras. ------ Questionou, por último, o ponto de situação da entrega dos computadores aos alunos do Município de Torre de Moncorvo, se já haviam sido entregues ou se essa situação já estava a ser resolvida, uma vez que o Ministro da Educação quando falou da suspensão das Escolas durante 15 dias, anunciou que já haviam sido entregues cerca de 300.000 computadores, a nível nacional. ---------O Sr. Presidente começou por prestar esclarecimentos à Senhora Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes, relativamente à questão colocada de cariz social, referindo que os Munícipes sinalizados estão a ser acompanhados pelo Município. Referiu que o Município tem um Acordo com a Santa Casa da Misericórdia, para que os mesmos possam ir fazer as suas refeições diariamente. ------- Prestou também esclarecimentos sobre as obras, referindo que a obra da Rua das Flores é da responsabilidade da DST, para expansão da fibra ótica e a da Avenida Jorge Luís Borges é da responsabilidade do Município que lançou um concurso público para construção de muros de gabião e para sustentação de taludes da antiga Entrada Nacional EN220. Referiu, também, que ambas as obras estão a ser





fiscalizadas pela Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente - Subunidade Orgânica de Obras Públicas. ------ Relativamente aos desalojados, referiu que já contactou com os Serviços Sociais do Município e que já tinham reunido com a família residente na Lousa, estando a situação a ser acompanhada pela Divisão de Ação Social, Cultura e Educação. Esclareceu, ainda, que a situação da família da Lousa era diferente da situação de Torre de Moncorvo, uma vez que a habitação que havia sido consumida pelas chamas era do senhorio e que a família que havia ficado desalojada já se encontrava em casa própria, assim sendo, tem de ser avaliada a situação para perceber em que medida se pode intervir. Relativamente ao desalojado de Torre de Moncorvo, encontra-se realojado pelo Município, numa pensão, e que o município irá continuar a acompanhar e apoiar na resolução da situação. ------- Sobre a Campanha de Natal, esclareceu que a partir do dia 6 deste mês, os munícipes, poderiam começar a entregar faturas e recibos no Balcão Único, tendo os primeiros sido entregues no dia 11. A situação está a ser coordenada pela Divisão Administrativa e Financeira e pelo Balcão Único. Mal existam dados concretos, irá dar-se conhecimento à Câmara Municipal. ------ Quanto às iniciativas do Município no apoio às pessoas afetadas por esta pandemia, o Sr. Presidente esclareceu que o Município estava a intervir em relação às rendas dos seus inquilinos. Esclareceu o Executivo, que o Município estava a contar com uma verba vinda da Eficiência Energética e do SI2E DOURO, a ser

colocada através da CIM Douro no valor de 14 milhões de euros, direcionada ao apoio ao comércio e aos pequenos comerciantes para manutenção de emprego e

- Relativamente aos computadores, o Sr. Presidente esclareceu que foram entregues 52 computadores ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, bem como modens de acesso à internet e que se havia iniciado uma formação com os encarregados de educação, pelos técnicos do Município, sobre a utilização dos







equipamentos, esclarecendo que até ao momento o Ministério da Educação tinha entregue cerca de 100.000 computadores estando por entregar cerca de 300.000. ------ O Sr. Presidente passou à palavra ao Sr. Vice-Presidente e à Sra. Vereadora Piedade Meneses, para que prestassem esclarecimentos adicionais sobre os pelouros que ocupam às questões colocadas pela Sra. Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes e pelo Sr. Vereador Porfírio Evangelista. ---------- O Sr. Vice-Presidente confirmou o que o Sr. Presidente já havia dito relativamente às obras, esclarecendo o Sr. Vereador Porfírio Evangelista, que a obra na Rua das Flores, é da DST e está relacionada com a instalação da fibra ótica, para ligar a Rua da Praça até à esquina da Rua Dr. Manuel Seixas, dando seguimento para a Rua do Hospital Velho. Esclarece também que não se autorizou a obra no Verão, estando agora a ser executada, com a devida caução aplicada, sendo que este assunto já havia sido debatido numa reunião de câmara. ------ Sobre a entrega de computadores, o Sr. Vice-Presidente explicou que o Município fez a candidatura para 140 computadores, números que haviam sido fornecidos pela Escola. Seriam entregues ao 1º Ciclo 65 computadores, ao 2º e 3º Ciclo 60 e ao Ensino Secundário e Profissional 15. -----Entretanto veio-se a saber que não havia tantas necessidades no 1º Ciclo, passando a ser apenas 52 computadores; já no 2º e 3º Ciclo havendo mais necessidade, passariam a ser 73 e no Ensino Secundário e Profissional 17. ------Mas, o Governo fez uma alteração no número de computadores necessários a ser fornecidos ao Ensino Secundário e Profissional, muito acima das necessidades que haviam sido identificadas na própria Escola. Foram sinalizados 17 computadores e o Governo entregou cerca de 40 computadores já o Município tinha lançado o procedimento para a aquisição dos computadores com os respetivos modens de Já após a adjudicação e depois de terem sido entregues os primeiros computadores a Altice, tal como as outras operadoras tiveram uma rutura de stock, devido ao facto de o Governo ter-lhes também adquirido os computadores que, entretanto, começou a fazer chegar aos estabelecimentos escolares, ficando o Município sem a possibilidade de aquisição dos restantes equipamentos. ------





Posto isto, o Município decidiu, uma vez que o Governo já havia entregue cerca de 40, negociar com o fornecedor e reduzir o número de equipamentos, para não ficar com equipamentos a mais. -----Foram, assim, entregues ao Sr. Diretor do Agrupamento, pelo Município, 52 equipamentos, dia 21 de janeiro do ano corrente ao 1º Ciclo (do primeiro e segundo escalão), que já haviam sido adquiridos. Os restantes computadores, da responsabilidade do Ministério da Educação, provavelmente só serão entregues no próximo ano letivo devido à rotura de stock do fornecedor. ---------- A Sra. Vereadora Piedade Meneses referiu que o Banco Solidário estava efetivamente fechado, uma vez que, é em regime de voluntariado e todos os voluntários pertencem ao grupo de risco. ------Esclareceu, ainda, que, embora fechado, o Banco Solidário, tem um cartaz informativo na porta, com os contactos para que os Munícipes continuem a pedir ajuda. Os pedidos são entregues aos Munícipes pelos funcionários da Ação Social do Município que substituem os voluntários do Banco. Referiu, ainda, estava aberta a sugestões por parte do Executivo, caso entendam que possa ser feito mais para chegar a um maior número de pessoas. ------ Quanto à situação de cariz social referiu que a Rede Social, está a acompanhar a situação do Munícipe em questão. Um funcionário da Ação Social do Município tem acompanhado o Munícipe ao Hospital para a toma da vacina mensal. Referiu, também, que estão a ser feitos os esforços juntamente com os familiares da pessoa que vivem no Porto, para encontrar uma solução. Comprometeu-se a contactar com a saúde para saber se foi feita a toma da vacina do corrente mês. ------Referiu, ainda, que o problema vai continuar a existir, isto porque o Munícipe em questão precisava de acompanhamento contínuo e os familiares estão no Porto. A única hipótese seria entrar em contato com o Ministério Público ou falar com a Fundação, mas para entrar na Fundação, o Munícipe teria de ficar isolado 14 dias e que seria muito complicado mantê-lo isolado. Comprometeu-se, ainda, a levar este assunto à reunião de núcleo. -----------O Sr. Presidente prestou, ainda, alguns esclarecimentos adicionais sobre esta situação, referindo que ele e o Sr. Vice-Presidente reuniram com o Presidente da Fundação que tinha um quarto disponível para este Munícipe, tendo entrado em





A

contato com a família do mesmo, mas não havia sido possível resolver esta situação.
Reitera que a mesma não está esquecida: o Munícipe tem a alimentação
assegurada, que as IPSS e Proteção Civil estão alertadas e que o Município irá fazer
todos os esforços para que a pessoa tenha o apoio que necessita
- Deu ainda conhecimento do ofício recebido do Sr. Dr. Juiz Presidente do Tribunal
da Comarca de Bragança comunicando o seu início de funções, naquele Tribunal,
no inicio do ano
PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
APROVAÇÃO DE ATAS: Foram presentes para aprovação a Ata número 25
da reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2020, e a Ata número 26 da reunião
realizada no dia 21 de dezembro de 2020, as quais foram previamente distribuídas
aos membros de Executivo
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as atas
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA:
GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - PELA
REQUALIFICAÇÃO E REABERTURA DA LINHA DO DOURO ATÉ BARCA D'ALVA
E RESTABELECIMENTO DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA INTERNACIONAL:
Foi presente um email datado de 13.01.2021, do Grupo Parlamentar do Partido
Comunista Português (PCP) que anexou a iniciativa pela "Requalificação e
Reabertura da Linha do Douro até Barca d'Alva e restabelecimento da ligação
ferroviária internacional" que será discutida no Plenário da Assembleia da República
no próximo dia 21.01.2021
A Câmara Municipal, tomou conhecimento
GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES:
VICE-PRESIDENTE:
CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO – SETOR TRÂNSITO –
PARQUE DE ESTACIONAMENTO COBERTO - FICHA DE INSCRIÇÃO -
FERNANDO DELFIM BRANCO:
Foi presente o pedido do Sr. Fernando Delfim Branco, a solicitar um lugar de
estacionamento no Parque de Estacionamento Coberto de 24h00
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar





----- CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO - SETOR TRÂNSITO -PARQUE DE ESTACIONAMENTO COBERTO - FICHA DE INSCRIÇÃO -FÁBIO MIGUEL SILVA GULPILHARES: -----------Foi presente o pedido do Sr. Fábio Miguel Silva Gulpilhares, a solicitar lugar de estacionamento no Parque de Estacionamento Coberto de 24h00. ---------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar. ----------- DAF - SERVIÇO DE INFORMÁTICA, COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA -RELATÓRIO TRIMESTRAL - 4.º TRIMESTRE 2020: ----------- Foi presente o Relatório Trimestral, referente ao 4.º Trimestre de 2020, do Serviço de Informática, Comunicação e Multimédia. ---------- A Câmara Municipal tomou conhecimento. ----------DASCE - SETOR DE AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E CANTINAS - ISENÇÃO DO PAGAMENTO NA ESCOLA DRAGON FORCE: ----------- Foi presente a informação n.º 58/2021 - DASCE, que anexou o pedido da Munícipe Daniela Alexandra Cardoso Rodrigues, a solicitar isenção de pagamento das mensalidades da Escola Dragon Force relativamente ao seu educando. De acordo com os documentos apresentados, verifica-se que cumpre as condições de atribuição de bolsa a 50% uma vez que se encontra no 2.º escalão. ----------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar. -----------LOJA INTERATIVA DE TURISMO - RELATÓRIO SEMESTRAL - JUNHO A DEZEMBRO DE 2020: ----------Foi presente o Relatório Semestral da Loja Interativa de Turismo, referente aos meses compreendidos entre junho a dezembro de 2020. ---------- A Câmara Municipal tomou conhecimento. ----------DASCE - SETOR DO DESPORTO - ATIVIDADES DRAGON FORCE -CONFINAMENTO:----------Foi presente a informação n.º 80/2021 - DASCE, a dar conhecimento que na sequência das medidas impostas pelo Governo e no âmbito do combate à pandemia Covid-19, as atividades presenciais prestadas pela Escola Dragon Force encontramse suspensas. Durante o confinamento, irão ser realizadas sessões de treino em formato online conforme o plano semanal habitual. Relativamente às mensalidades. por cada semana de confinamento, será realizada uma redução de 7,5% no valor





da mensalidade, sendo no mês de janeiro reduzido 15% no valor da mensalidade e no mês de fevereiro reduzido 7,5% a 30% no valor da mensalidade, dependendo do número de semanas de confinamento. ---------- O Sr. Vereador Porfírio Evangelista, sugeriu que os alunos que não tivessem condições para assistir aos treinos online tivessem isenção da mensalidade, tendo o Sr. Vice-Presidente esclarecimento que nessas situações estava previsto que assim sucedesse, tendo o Sr. Presidente determinado que o Gabinete do Sr. Vice-Presidente comunicasse aos pais esta possibilidade. ---------- A Câmara Municipal tomou conhecimento. ---------- VEREADORA PIEDADE MENESES: -----------DASCE – SETOR AÇÃO SOCIAL HABITAÇÃO E CANTINAS – PROGRAMA ABEM - REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO - RENOVAÇÃO DE CARTÕES QUE CADUCAM NO PERÍODO DE MARÇO A JUNHO - 2021: ----------- Foi presente a informação n. º 26/2021 - DASCE, a dar conhecimento que tendo em conta que atual contexto socialmente adverso se mantém, devido à crise pandémica provocada pelo coronavírus SARS-Cov-2 e da doença Covid-19, tornase necessário continuar a praticar as medidas excecionais e temporárias de resposta a esta situação epidemiológica, evitando, desta forma, a concentração de pessoas na via pública e principalmente em espaços fechados. Com o objetivo de apoiar aqueles que mais precisam, revelou-se imprescindível a necessidade de não suspensão dos prazos/caducidade dos cartões de medicamentos do Programa ABEM da Rede Solidária do Medicamento, devendo proceder-se à renovação automática dos cartões que têm a caducidade prevista no período compreendido entre março e junho do corrente ano. ---------- A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar. ----------- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: -----------FRANCISCO ALEXANDRE MORAIS, UNIPESSOAL, LDA. - AQUISIÇÃO DO LOTE N.º 1 DA 2.º FASE DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL NO -----Foi presente a informação n.º 24/2021 - DAF - Jurídico, que anexou o requerimento da empresa "Francisco Alexandre Morais, Unipessoal, Lda.", a solicitar





a compra do Lote n.º 1 da 2.ª Fase do Loteamento da Zona Industrial na Freguesia de Larinho. ---------- A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a venda do Lote n.º 1, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 760.º, da Freguesia de Larinho e Concelho de Torre de Moncorvo, pelo montante total de 9.897,75€ (nove mil oitocentos e noventa e sete euros e setenta e cinco cêntimos) e notificá-lo das condições da venda constantes no Regulamento do Loteamento da Zona Industrial. -----------TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS: -----------Foi presente a informação n.º 86/2021 - DAF, relativamente ao assunto em epígrafe e que aqui se dá por transcrita para todos os efeitos legais. ---------- O Sr. Presidente sugeriu que, como iria ter uma reunião do dia 27 da CIM Douro em que aproveitaria para questionar o representante dos Municípios nestas matérias, este ponto fosse adiado para uma próxima reunião. ---------- A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar. -----------CONTRATO DE URBANIZAÇÃO DE 29.06.2010 - ALVARÁ DE LOTEAMENTO 1/10 - RESOLUÇÃO DO LITIGIO: ----------Foi presente a informação n.º 1593/2020 - DAF, relativamente ao assunto em epígrafe e que aqui se dá por transcrita para todos os efeitos legais. ---------- O Sr. Vereador Porfírio Evangelista questionou qual a posição que o Sr. Presidente tem sobre o assunto e quais as diligências que o Município fez para resolver este litígio. -----------O Sr. Presidente, referiu que iria votar a favor desde que a Câmara Municipal esteja sempre informada sobre o andamento do Processo. O Sr. Presidente comprometeu-se a dar conhecimento ao executivo municipal de todos os passos que forem dados neste processo, desde a escolha dos árbitros, de todas as audiências e diligências que forem sendo feitas bem como de todas as propostas que estiverem em discussão. ---------- A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar. ----------- LEGISLAÇÃO: ---------- Foi presente a legislação a seguir referida: ------

A







-----Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021 - Diário da República n.º 3/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-06 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública;----------Resolução da Assembleia da República n.º 1-A/2021 - Diário da República n.º 3/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-06 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Autorização da renovação do estado de emergência;----------Decreto-Lei n.º 3/2021 - Diário da República n.º 4/2021, Série I de 2021-01-07 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Prorroga o prazo de integração das regras dos planos especiais de ordenamento do território;----------Declaração de Retificação n.º 1/2021 - Diário da República n.º 4/2021, Série I de 2021-01-07 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - SECRETARIA-GERAL: Retifica a Portaria n.º 269/2020, de 19 de novembro, que procede à primeira alteração à Portaria n.º 178/2020, de 28 de julho, que estabelece um sistema de incentivos à adaptação da atividade das respostas sociais ao contexto da doença COVID-19, designado Programa Adaptar Social +;----------Decreto n.º 2-A/2021 - Diário da República n.º 4/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-01-07 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República;----------Decreto-Lei n.º 4/2021 - Diário da República n.º 5/2021, Série I de 2021-01-081 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Estabelece o alargamento da ADSE aos titulares de contrato individual de trabalho que exerçam funções em entidades de natureza jurídica pública;----------Portaria n.º 12-A/2021 - Diário da República n.º 6/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-11 - MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Procede à primeira alteração à Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;----------Regulamento n.º 44/2021 - Diário da República n.º 8/2021, Série II de 2021-01-13 - Município de Torre de Moncorvo: Regulamento Municipal das Hortas Comunitárias Sustentáveis em Torre de Moncorvo;-----





-----Lei n.º 1-A/2021 - Diário da República n.º 8/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-131 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Alarga até 30 de junho de 2021 o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterando a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19;----------Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021 - Diário da República n.º 8/2021, 2° Suplemento, Série I de 2021-01-13 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública;----------Resolução da Assembleia da República n.º 1-B/2021 - Diário da República n.º 8/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-01-13 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Modificação da declaração do estado de emergência e autorização da sua renovação;----------Decreto-Lei n.º 6-A/2021 - Diário da República n.º 9/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-14 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Altera o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta e agrava a contraordenação relativa ao teletrabalho obrigatório durante o estado de emergência;----------Decreto n.º 3-A/2021 - Diário da República n.º 9/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-14 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República;----------Decreto-Lei n.º 6-B/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-15 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Prolonga a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19;----------Decreto-Lei n.º 6-C/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-15 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Prorroga o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial;-----





A

-----Decreto-Lei n.º 6-D/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-15 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Prorroga o prazo dos regimes excecionais de medidas aplicáveis às autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19;----------Decreto-Lei n.º 6-E/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-01-15 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Estabelece mecanismos de apoio no âmbito do estado de emergência; -----------Resolução do Conselho de Ministros n.º 4-A/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 2° Suplemento, Série I de 2021-01-15 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Alarga o Programa APOIAR, estabelece um programa de apoio ao setor cultural e medidas de apoio ao setor social e solidário;----------Portaria n.º 15-B/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-01-15 - ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL, FINANÇAS E PLANEAMENTO: Altera o Regulamento do Programa APOIAR;----------Despacho n.º 714-E/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-01-15 - Saúde - Direção-Geral da Saúde: Os cidadãos residentes em estruturas residenciais para idosos e em outras respostas dedicadas a pessoas idosas consideram-se equiparados, para efeitos do exercício do direito de voto na eleição do Presidente da República, aos cidadãos relativamente a quem a autoridade de saúde ou outros profissionais de saúde tenham determinado o isolamento profilático, devendo votar nos respetivos locais de confinamento:----------Despacho n.º 714-C/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-01-15 - Economia e Transição Digital - Gabinete do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital: Proíbe a venda de bens tipicamente comercializados nos estabelecimentos de comércio a retalho encerrados ou com a atividade suspensa devido à declaração do estado de emergência;----------Aviso n.º 1163/2021 - Diário da República n.º 11/2021, Série II de 2021-01-18 -Município de Torre de Moncorvo: Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal comum para contratação por tempo indeterminado de quatro técnicos superiores e seis assistentes operacionais;-----



Decreto n.º 3-B/2021 - Diário da República n.º 12/2021, 1º Suplemento, Série I
de 2021-01-19 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Altera a
regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República
A Câmara Municipal tomou conhecimento
DIVISÃO AÇÃO SOCIAL, CULTURA E EDUCAÇÃO:
DASCE – SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E CANTINAS – APOIO
HABITACIONAL A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MINUTA DE
CONTRATO:
Foi presente a informação n.º 12/2021- DASCE, a dar conhecimento que no
âmbito do Regulamento de Apoio Habitacional a Estratos Sociais Desfavorecidos,
foi apresentada em 25.08.2020, a candidatura relativa a um Munícipe, residente na
Freguesia de Lousa, para reparação do telhado da sua habitação. Os Serviços de
Ação Social comunicaram que a candidatura do Munícipe, reunia os requisitos
exigidos no respetivo Regulamento, propondo a atribuição do montante previsto na
alínea c) do n.º 4 do artigo 3.º do referido Regulamento. Após deslocação, ao local,
dos técnicos alocados ao Serviço de Obras Particulares, foi elaborado um Auto de
Vistoria dando conta que a intervenção mais urgente se prendia com a
renovação/reparação da cobertura. Posto isto, deve a Câmara Municipal, caso
assim o entenda, converter a candidatura provisória em definitiva, de modo a
produzir os seus efeitos e aprovar a respetiva minuta de contrato de Apoio
Financeiro e Aviso
A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar
E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada
a reunião eram 11h15 e para constar se lavrou a presente ata, composta por 13
páginas, numeradas de 1 a 13, que eu, Eduardo Dixo, redigi e vou assinar, com o
Sr. Presidente

O Presidente da Câmara,

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira,

Página 13 de 13